



Manifesto público brasileiro em defesa da justiça e da democracia!

“O juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis.”

-Platão

Nós, brasileiros e brasileiras, livres e no gozo dos nossos direitos civis e políticos do Estado Democrático de Direito, que estamos engrossando as manifestações públicas desde o último dia 31 de outubro, não somos fascistas, vagabundos, golpistas ou antidemocráticos, como somos classificados por aqueles que desconhecem a nossa causa. Somos trabalhadores, pais de família, patriotas e defensores da justiça, liberdade e da democracia que perdemos a confiança naqueles que deveriam ser os guardiões da nossa constituição e nela apoiar-se para, dentre outras coisas, garantir a imparcialidade, lisura e transparência do processo eleitoral realizado recentemente.

Não nos cabe questionar o resultado de um pleito democrático, pois somos cumpridores de nossos deveres e defensores da Lei, da Pátria e da Família, e é justamente por esses valores que, indignados com o evidente **vício no processo eleitoral** finalizado no dia 31 de outubro de 2022, por livre escolha e determinados a lutar por nosso país, resolvemos tomar as ruas, sem violência e em oração, para clamar por justiça.

Temos a clara convicção de que fomos traídos por um processo eleitoral totalmente viciado, com inúmeras irregularidades, praticadas por uma evidente juristocracia (Sistema de governo, normalmente não democrático, baseado em decisões de juízes, magistrados, desembargadores, etc.), sem nenhum compromisso com a verdade e com a constituição, que interferiu de forma descabida, desproporcional e injusta no princípio de igualdade de oportunidades na competição eleitoral do pleito presidencial.

Essas irregularidades puderam ser observadas, de forma inquestionável, ao longo de toda a campanha eleitoral e tiveram a clara intenção de prejudicar o candidato a reeleição, presidente Jair Bolsonaro, o qual tem sofrido, desde sua primeira campanha presidencial ataques de todo o sistema, inclusive da juristocracia estabelecida.

Nos últimos meses, incontáveis apoiadores do presidente Jair Bolsonaro tiveram tolhida a sua liberdade de opinião e de expressão, por meio de decisões autocráticas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, os quais passaram a determinar, sem embasamento constitucional sólido, **sem previsão no código penal e em notório ativismo judicial, uma evidente censura a essas pessoas**, que por meio de sua forte liderança social, política ou empresarial, defendiam ideias e ideais de liberdade, patriotismo e conservadorismo, valores contrários ao projeto político defendido pelo partido de oposição ao presidente e também, sem nenhuma reserva, por essas cortes juristocráticas.



À interferência desproporcional e inconstitucional da justiça no processo eleitoral, somam-se, ainda, as diversas decisões juristocráticas que descredenciaram o presidente Jair Bolsonaro de sua responsabilidade e sobretudo autonomia no exercício de seu mandato como presidente da república, numa clara ação de descumprimento do princípio de autonomia e harmonia entre os poderes, prejudicando, dessa forma, os resultados de algumas de suas mais importantes propostas e atribuições como chefe do executivo nacional.

Ora, a censura fez-se-presente. Coibiram a divulgação de notícias, especialmente daquelas que comprovavam laços que poderiam correlacionar determinado candidato a facções, ditadores e ao mando de um assassinato.

Censuraram um ex-ministro do STF cujas palavras eram de apoio a Jair Bolsonaro, mas deram voz a outros ex-ministros que de forma curiosa, mesmo após votos de condenação e repúdio sobre as práticas da cleptocracia do PT e de Lula – apoiavam Lula.

Inquérito das “Fake News” ou “inquérito do fim do mundo” – na jamais imaginável hipótese do ativismo judicial legislar sobre matéria penal e processual penal; onde o juiz exerce 3 papéis, o de vítima, de acusação e o de julgador.

Como agravante de todo esse cenário, a forma com que o Tribunal Superior Eleitoral tratou a denúncia de fraude eleitoral praticada no nordeste, única região na qual o presidente Bolsonaro perdeu as eleições e na qual foi, evidentemente prejudicado pela desproporcionalidade na veiculação de sua publicidade nas milhares de rádios regionais, fato comprovado por meio das mesmas auditorias realizadas por anunciantes nacionais para auditar a veiculação de suas publicidades e que foi, sumariamente e descabidamente, rejeitada por tal Tribunal, demonstrando, sem sombra de dúvidas, a parcialidade dessa corte

Diante dessas injustas e inquestionáveis interferências no processo eleitoral, praticada pelas cortes já citadas, a qual acreditamos que teve o evidente propósito de beneficiar o candidato eleito, **é que denunciemos o vício no processo eleitoral e, clamando por justiça, pelo exercício integral dos nossos direitos políticos e exercendo nossa, ainda constitucional e sagrada, liberdade de expressão reivindicamos o reconhecimento e declaração de nulidade do processo eleitoral para o cargo de Presidente da República, buscando por nova eleição com voto impresso auditável.**

Denunciamos ainda a notória omissão do Sr. Rodrigo Pacheco que na condição de Presidente do Senado Federal deixou de adotar medidas cabíveis para restabelecimento do sistema de freios e contrapesos entre os Poderes. Postulamos por sua responsabilização.

Requisitamos ao Sr. Rodrigo Pacheco a imediata leitura e submissão dos pedidos de impeachment de ministros do STF a votação pelo Senado Federal.



O ativismo judicial nos últimos anos mais escancarado durante o processo eleitoral evidencia o descompromisso com a fiscalização e obediência a Constituição Federal, violação ao princípio da isonomia/lisura, necessitando do restabelecimento da ordem constitucional.

A insistência pelo não cumprimento da Lei e das garantias constitucionais possibilitará a reivindicação dos meios legais para garantia das mesmas, vontade essa manifestada e reiterada desde o impeachment de Dilma Rousseff.

Brasileiros e Brasileiras exerçam o seu direito de protesto! Se não for por você, faça pela sua família, por seus filhos e netos!

É sério, pode ser a sua última vez!

*“Mas se ergues da justiça a clava forte
Verás que um filho teu não foge à luta
Nem teme, quem te adora, a própria morte”*